

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.293 - SP
(2019/0260543-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : JESSE BEZERRA DA ROCHA
ADVOGADOS : JÚLIO CLIMACO DE VASCONCELOS JUNIOR - SP128319
ALEXANDRE CADEU BERNARDES - SP125204
EVELYN LAIS RISSO - SP310158
EMBARGADO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Jesse Bezerra da Rocha** contra decisão que negou provimento ao agravo em recurso especial, sob a seguinte fundamentação (fls. 797/803) :

Trata-se de agravo manejado por Jesse Bezerra da Rocha contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, a, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 579):

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DECISÃO CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA. PENALIDADE DE DEMISSÃO MANTIDA.

1. A sentença que, após a condenação criminal, extingue a punibilidade pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva retroativa não produz efeitos sobre o PAD ou sobre este processo, em face da independência das instâncias, civil, penal e administrativa.

2. Ao contrário do que restou decidido na sentença recorrida, as provas produzidas nos autos do PAD e que ensejaram a demissão do apelado são robustas no sentido da prática das infrações disciplinares a ele imputadas e, de outro lado, as provas colhidas a requerimento seu não são aptas a infirmar a decisão proferida na esfera administrativa.

3. Reexame necessário e apelação providos.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 600/602).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 371, 489, § 1º, IV e 1.025 do CPC/2015. Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional. Pretende seja declarada a nulidade da Portaria que o demitiu do cargo de Policial Rodoviário Federal que ocupava, bem como determinada a sua reintegração. Afirma a necessidade de apreciação da prova constante nos autos, defendendo, em síntese, que as informações dispostas no laudo judicial foram preponderantes para a procedência da demanda em primeiro grau, tendo a MM. Juíza na ocasião bem salientando a fragilidade do conjunto probatório e a impossibilidade de manter a demissão do recorrente com base em meras suposições, já que os laudos grafotécnicos válidos realizados tanto no processo administrativo quanto neste processado não reúnem informações hábeis a se imputar o preenchimento do auto de infração manipulado ao requerente (fl. 651). Assevera que não estaria comprovada sua autoria em relação à adulteração do auto de infração, e também por que não teria havido prova do recebimento de vantagem indevida.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo conhecimento do agravo e provimento do recurso especial (fls. 784/795).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O inconformismo, contudo, não prospera.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

A controvérsia firmada nos autos diz respeito à validade da demissão do autor do cargo de Policial Rodoviário Federal, levada a efeito nos autos de Processo Administrativo Disciplinar, em razão da infringência dos arts. 117, IX, e 132, IV e XI, da Lei nº 8.112/90. O Tribunal de origem reformou a sentença a fim de julgar improcedente o pedido inicial e cassar a tutela antecipada nela concedida, sob a seguinte fundamentação (fls. 574/):

Os fatos que deram ensejo ao referido PAD consistiram, resumidamente, no recebimento, pelo apelado, de vantagem indevida, equivalente a R\$ 70,00 (setenta reais)

e duas cestas básicas, em razão do exercício de suas funções, para deixar de lavrar auto de infração de trânsito em face do condutor do caminhão Mercedes Benz, placas BFE7079, que, no dia 01.10.1996, transitou pela Rodovia Régis Bittencourt, altura do Km 285, sem estar devidamente licenciado.

Após regular instrução, indiciamento e defesa, com a apresentação de relatório e parecer, os autos foram encaminhados ao Ministério da Justiça, onde foi proferido julgamento pela demissão do apelante do cargo que ocupava, "por valer-se do cargo para lograr proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública, improbidade administrativa e corrupção", conforme o disposto na Portaria nº 877, de 28 de setembro de 2000.

Na presente demanda, o apelado alegou a nulidade do PAD, por cerceamento de defesa e, quanto ao mérito, que a pena de demissão fundamenta-se em fatos inverídicos, pois não estaria comprovada sua autoria em relação à adulteração do auto de infração, e também por que não teria havido prova do recebimento de vantagem indevida.

A sentença recorrida, apoiando-se nas provas produzidas administrativamente e em juízo, decidiu pela procedência dos pedidos de anulação do PAD, de reintegração ao cargo e de condenação ao pagamento dos vencimentos do período posterior à demissão. Depreende-se da fundamentação que o conjunto probatório não seria suficiente para embasar a demissão e, havendo dúvida a respeito da prática das infrações imputadas ao apelado, o ato administrativo que impôs a penalidade deveria ser anulado.

Insurge-se o apelante contra tal decisão, sob os argumentos de que a sentença desconsiderou as provas produzidas em sede administrativa disciplinar e decidiu em desconformidade com o entendimento adotado pelo Juízo criminal, devendo ser mantido o ato demissório praticado em desfavor do apelado, uma vez demonstrada a prática das infrações apuradas nos autos do PAD.

Assiste razão à apelante, devendo a sentença ser reformada.

Em primeiro lugar, baseia-se a apelante na superveniência de condenação criminal do apelado pelos mesmos fatos que ensejaram a abertura do PAD ora questionado.

Em consulta aos autos da ação penal nº 98.0106604-0, verifica-se que foi proferida sentença condenatória pelos crimes de falsificação de documento público e de corrupção passiva, pelos mesmos fatos, entretanto, em razão da ausência de recurso da acusação, foi declarada extinta a punibilidade do apelado por conta da prescrição da pretensão punitiva retroativa.

Ainda que a sentença penal condenatória estenda os efeitos da coisa julgada sobre o juízo cível quando fixa a existência do fato e a autoria do delito, conforme a expressa dicção do art. 935 do Código Civil, verifico que no presente caso a punibilidade do apelado foi extinta, portanto não produz efeitos sobre o PAD ou sobre este processo, em face da independência das instâncias, civil, penal e administrativa. Mesmo assim, há que se considerar que a decisão criminal, ainda que posteriormente revogada por extinção da punibilidade, reconheceu a materialidade do fato e sua autoria pelo apelado, podendo ser utilizada como documento, a ser analisada em conjunto com as demais provas dos autos.

No tocante ao mérito da decisão administrativa que impôs a penalidade de demissão ao apelado, não há como alterar a conclusão a que chegou a comissão processante, pois foi fundamentada nas provas coligidas no processo disciplinar, após longa e profunda investigação dos fatos.

As apurações se iniciaram após a constatação de que o auto de infração de trânsito nº 1224426-5 (fl. 13 do apenso), lavrado pelo apelado em face do condutor do caminhão Mercedes Benz de placas BFE7079, teria sido adulterado em seu campo "5 - placa" para constar BFE7078. Após oitiva do referido condutor, Miguel Tomé dos Santos (fl. 22 do apenso), este relatou que o apelado, após abordagem realizada em rodovia federal e autuação por irregularidade no licenciamento do veículo acima descrito, teria solicitado vantagem indevida, consistente em R\$ 70,00 (setenta reais) em espécie e duas cestas básicas, para deixar de lavrar a multa em seu desfavor e apreender o caminhão.

A versão apresentada pela testemunha Miguel Tomé dos Santos foi reiterada em todas as oportunidades em que depôs nos autos do PAD, vide fls. 85/87 e 265/267, e foi corroborada pela testemunha João Gonçalves Baltazar, empregador daquele e sócio -gerente da empresa

proprietária do caminhão, Supermercado Vida Nova Ltda, ouvido Às fls. 88/90 e 268/269.

A tese defensiva adotada pelo apelado no PAD e mantida nestes autos é a de negativa da autoria, alegando o apelado que não teria sido ele quem solicitou a vantagem ilícita e adulterou o auto de infração, o que estaria comprovado pelos laudos de perícia grafotécnica elaborados tanto na via administrativa quanto em juízo, os quais foram inconclusivos no tocante à adulteração, e também pelos depoimentos das testemunhas que arrolou, as quais declararam que os talões de autos de infração poderiam ser acessados por outros servidores e pessoas dentro do posto de fiscalização.

A despeito da incerteza quanto à autoria da falsificação do auto de infração, o mesmo não se pode dizer quanto à imputação de recebimento de vantagem indevida em razão do cargo que ocupava, conforme previsão do art. 117, IX e XII, da Lei nº 8.112/90, e 11, I, da Lei nº 8.429/92, infrações estas puníveis com demissão, nos termos do art. 132, IV, XI e XIII, da Lei nº 8.112/90.

As declarações prestadas por Miguel Tomé dos Santos, condutor do veículo autuado e contra quem foi dirigido o pedido de propina, foram prestadas de forma espontânea e contundente no sentido de que, embora não se recorde da fisionomia do apelante, o policial que solicitou a vantagem foi o mesmo que lavrou a autuação e que determinou o estacionamento do caminhão atrás do posto de fiscalização rodoviária. Extraio do depoimento de fls. 85/87 do PAD (apenso) os seguintes trechos que esclarecem tais fatos:

(..) perguntado se recordar-se do policial que parou e fiscalizou o seu veículo, respondeu que não se recorda, porém se lembra que este policial que o parou passou os documentos para um outro policial que se encontrava dentro do posto, o qual efetuou a notificação, determinando que o mesmo estacionasse o veículo em uma rua existente atrás do posto, pois o veículo ficaria preso em razão de estar com o seguro obrigatório não pago, (.) tentou explicar ao PRF que aquele veículo era de muita necessidade para o supermercado, pois estava carregado com algumas certas básica as quais ainda teriam que ser entregues, foi quando o PRF disse que o veículo poderia vir a ser liberado mediante "um cafezinho",

(..) perguntado qual o PRF que propôs o acordo, respondeu que foi o mesmo que efetuou a notificação e determinou o estacionamento do veículo conforme já relatado; (.) perguntado se o depoente tem a certeza de que o policial que fez o acordo com o depoente é o mesmo que lavrou e assinou o auto de infração, respondeu que tem certeza absoluta pois durante todo o período nenhum outro policial adentrou ao posto ou interferiu ou participou da conversa entre o denunciado e o depoente.
(...)

Por sua vez, o apelado, desde a primeira vez que prestou esclarecimentos nos autos do PAD (fl. 25 do apenso), sempre admitiu ter sido ele próprio quem lavrou a autuação do caminhão, apenas negou a adulteração da placa e a solicitação de vantagem patrimonial.

Não há razão para se negar crédito às declarações do condutor do veículo autuado. Embora não tivesse condições de reconhecer fisicamente o apelado como o policial rodoviário federal que lhe solicitou a propina, deve-se considerar que entre a data dos fatos (01.10.1996) e a primeira oitiva realizada no PAD (31.08.1998) decorreram quase dois anos, o que justifica a impossibilidade de reconhecimento. No entanto, aquele foi categórico em afirmar que "tem certeza absoluta" de que o policial que assim agiu era o mesmo que lavrou o auto de infração, 'Pois durante todo o período nenhum outro policial adentrou ao posto ou interferiu ou participou da conversa entre o denunciado e o depoente'.

Corroborar o fato da autoria pelo apelante a testemunha em questão ter afirmado que o policial que o parou na rodovia teria chamado o apelado, que se encontrava dentro do posto de fiscalização, o qual foi responsável pela lavratura do auto de infração, ao se considerar que naquela data o apelado estava exercendo a função de chefe adjunto, portanto é bastante verossímil que estivesse do lado de dentro do posto.

Além disso, pesa contra o apelado o fato de o veículo não ter sido apreendido quando da autuação, considerando que tal medida coercitiva era determinada pelo art. 181, XXX, "I", do Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Decreto nº 62.127/68), em vigor à época. As versões prestadas pelo apelado nos autos do PAD foram contraditórias a esse respeito, tendo ora alegado que o

caminhão estava carregado com produtos perecíveis, o que excepcionaria a apreensão, embora não tenha conferido a carga (fls. 154/157 do apenso), ora alegado que o veículo não apresentava risco à segurança do trânsito e que os locais de apreensão disponíveis eram inadequados (fls. 420/422 do apenso). O condutor, entretanto, afirmou que o veículo não tinha produtos perecíveis naquele momento, apenas cestas básicas, tendo informado este fato ao apelado (fls. 265/267 do apenso).

Nesse passo, tem-se que as provas produzidas nos autos do PAD e que ensejaram a demissão do apelado são robustas no sentido da prática das infrações disciplinares a ele imputadas e, de outro lado, as provas colhidas a requerimento seu não são aptas a infirmar a decisão proferida na esfera administrativa.

Visto isso, não há como falar em decisão contrária às provas dos autos do PAD, tendo em vista que, após regular instrução e defesa, a autoridade julgadora concluiu, em conformidade com o que restou apurado, pela responsabilização do apelado por atos puníveis com a demissão.

Impõe-se, assim, a reforma da r. sentença a fim de julgar improcedente o pedido inicial e cassar a tutela antecipada nela concedida em favor do apelado.

Nesse contexto, a desconstituição da premissa lançada pela instância ordinária, segundo a qual não há como falar em decisão contrária às provas dos autos do PAD, tendo em vista que, após regular instrução e defesa, a autoridade julgadora concluiu, em conformidade com o que restou apurado, pela responsabilização do apelado por atos puníveis com a demissão, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

A parte embargante afirma que o julgado padece de omissão consistente em erro de fato ao asseverar que a desconstituição da decisão de segundo grau que determinou a responsabilização do embargante com o apenamento de demissão,

mantendo a decisão de primeira instância que decidiu pela ausência de responsabilidade acerca dos fatos apurados no processado, acarretaria em reexame da matéria de fato, o que é vedado em sede de recurso especial a teor da Súmula 07 do e. STJ, notadamente porque a pretensão aqui é unicamente preconizar a correta e adequada aplicação das normas infraconstitucionais apontadas como violadas (fl. 816).

Reitera as razões anteriormente deduzidas no apelo nobre, insistindo na tese de negativa de prestação jurisdicional, bem como da impossibilidade de manter a demissão do servidor *fundada em meras suposições, pois os laudos grafotécnicos válidos realizados tanto no processo administrativo quanto no feito originário não reúnem informações hábeis a se imputar o preenchimento do auto de infração manipulado ao requerente* (fl. 821).

Requer o acolhimentos dos aclaratórios, com efeitos infringentes.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A insurgência, todavia, não comporta acolhida.

Consoante o previsto no artigo 1.022 do Novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do acórdão atacado ou, ainda, para correção de erro material, não se revelando meio idôneo para fazer prevalecer o entendimento da parte embargante quanto à matéria já decidida.

Essa é a razão pela qual a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que *"os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório, e não para que se adeque a decisão ao entendimento dos embargantes, nem para o acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e menos ainda para rediscussão de matéria já resolvida"* (EDcl no AgRg no AREsp 859.232/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 31/05/2016).

No mesmo sentido, confirmam-se, dentre outros:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS

DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA UNILATERAL. RESERVA DE VAGA NEGADA PELA ADMINISTRAÇÃO COM AMPARO NOS DECRETOS FEDERAIS 3.298/1999 E 5.296/2004. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou erro material existente no julgado.

2. Excepcionalmente, o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade e a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa da apresentada nos presentes autos.

3. Com efeito, no caso em apreço, não se constata a presença de qualquer vício a macular o acórdão embargado, que, de forma clara asseverou que, a tramitação de projeto de lei para enquadrar o portador de surdez unilateral como deficiente físico para todos os fins, inclusive reserva de vagas em concurso, não tem o condão de alterar o entendimento dessa Corte acerca da vigente disciplina legislativa da matéria, que não contempla o direito invocado.

4. Isso porque o Decreto 5.296/2004 alterou a redação do art. 4o., II, do Decreto 3.298/1999 - que dispõe sobre a Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência - e excluiu da qualificação deficiência auditiva os portadores de surdez unilateral.

5. Com essa compreensão, o STJ, alinhando-se ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (MS 29.910/AgRg, DJe 1.8.2011), concluiu, através de sua Corte Especial, que o candidato em concurso público com surdez unilateral não tem direito a participar do certame na qualidade de deficiente auditivo (MS 18.966 /DF, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Rel. p/ acórdão Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 20.3.2014).

6. Não se constatando a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015; a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, os quais não podem ser ampliados.

7. Embargos de Declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no RMS 39.528/RJ, Rel. Ministro

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/2016, DJe 22/06/2016).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NCPC. INTEMPESTIVIDADE DE SEGUIDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

1. Quarto embargos de declaração recebidos como agravo regimental, em obediência aos princípios da economia processual e da fungibilidade. EDcl no AgRg no REsp 1.208.878/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30.5.2011.

2. A transmissão eletrônica das peças recursais é de inteira responsabilidade do causídico que representa as partes que assumem o risco ao deixar para os minutos finais seu envio.

3. Conforme verificado no sítio desta Corte, não consta indisponibilidade do sistema, por mais de sessenta minutos, nos dias do vencimento do prazo dos dois embargos de declaração opostos fora do prazo.

4. Os embargantes, na verdade, não apontam nenhuma omissão, contradição, obscuridade ou erro material nas razões dos embargos de declaração. Buscam tão somente a modificação do decidido no acórdão recorrido, o que é inviável. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, mas improvido.

(EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl no AREsp 623.971/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2016, DJe 09/05/2016)

No presente caso, não há qualquer vício a ser sanado.

Com efeito, o *decisum* ora atacado dirimiu, de forma objetiva e fundamentada, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos. Consoante consignado, afastou-se a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, porquanto o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. De outro lado, atinente ao tema da nulidade da Portaria que demitiu o autor do cargo de Policial Rodoviário Federal que ocupava, a desconstituição da premissa lançada pela instância ordinária, segundo a qual *não há como falar em decisão contrária às provas*

Superior Tribunal de Justiça

dos autos do PAD, tendo em vista que, após regular instrução e defesa, a autoridade julgadora concluiu, em conformidade com o que restou apurado, pela responsabilização do apelado por atos puníveis com a demissão, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Assim, não podem ser acolhidos embargos declaratórios que traduzem, na verdade, o inconformismo da parte embargante com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido. Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no julgado embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator